

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, 455 pp.

Elaine de Melo Xavier¹

Um passo fundamental em direção ao entendimento das idéias de um autor é a identificação de sua perspectiva epistemológica, em outras palavras, o reconhecimento de sua visão de mundo. No caso de “Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes” é necessário compreender o modo como Samuel Pinheiro Guimarães apreende e interpreta a realidade internacional e nacional.

Quanto à realidade internacional, Samuel Pinheiro declara que o sistema internacional é formado por vários atores – estatais (os mais relevantes) e não-estatais (ONGs, agências internacionais, megaempresas etc) – e está organizado em um modelo centro-periférico, havendo um reduzido núcleo de grandes potências (e uma megapotência, que são os Estados Unidos), uma miríade de pequenos, médios e microestados, e um também reduzido número de grandes Estados periféricos. Essa configuração do sistema internacional é determinada pelo poderio econômico, político e militar de cada um dos países. Samuel Pinheiro defende ainda que o sistema internacional é uma complexa teia de situações de conflito, competição e cooperação entre os Estados e os atores não-estatais, em que a preponderância de uma dessas três situações depende da correlação de forças e interesses em cada situação e/ou tema tratado.

No que se refere à realidade brasileira, Samuel Pinheiro afirma que há uma macroestrutura hegemônica de poder, constituída por grupos “extraordinariamente minoritários” e formada pelo complexo arcabouço da legislação, dos organismos e da alta burocracia do Estado e dos múltiplos vínculos entre grandes proprietários rurais, industriais e financeiros, partidos conservadores, associações civis e de classe e organizações religiosas conservadoras, a qual desenvolveu uma série de estratégias e de mecanismos visando à expansão e a conservação de seu poder. Essa estrutura hegemônica de poder – organizada de forma articulada com a estrutura hegemônica de poder no plano internacional – é, ao mesmo tempo, causa e conseqüência das disparidades, das vulnerabilidades e do subdesenvolvimento que caracterizam o País.

Dada essa *cosmovisão*, Samuel Pinheiro defende que o objetivo principal, tanto da política interna quanto da externa, seja a superação dos três grandes desafios do Brasil: as

¹ Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília

disparidades sociais, econômicas, culturais, regionais etc; as vulnerabilidades externas de ordem econômica, tecnológica, política, militar e ideológica; e a realização do potencial econômico, político e militar do País.

Assim, em *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, Samuel Pinheiro, além de analisar a macroestrutura hegemônica de poder e suas formas de atuação, propõe estratégias de ação buscando a realização do potencial brasileiro. O livro conta com prefácio de Hélio Jaguaribe e é organizado em doze capítulos – todos com títulos que fazem referência a uma obra literária ou teatral. Há também um posfácio em que o autor faz uma descrição das ações desenvolvidas pela política interna e externa, na Administração Lula, para o alcance daquele objetivo primordial.

Uma primeira ação estratégica proposta por Samuel Pinheiro, com vistas à realização do potencial brasileiro, é a implementação de uma política de emprego articulada à política industrial e à política de ciência e tecnologia.

Na visão do autor, uma política industrial e tecnológica passiva, que parta do princípio de que é possível reproduzir em um país com as características do Brasil – simplesmente por meio da desregulamentação, da privatização e da abertura da economia – a estrutura industrial dos países desenvolvidos, leva a uma situação nas esferas do mercado de trabalho que, em última análise, ao estimular as atividades ilegais, a marginalidade e a violência, contribui fortemente para a instabilidade do sistema político e econômico e, portanto, para a própria redução da oferta de empregos pela iniciativa privada, em virtude da retração dos investimentos nacionais e estrangeiros, em um círculo vicioso.

Uma outra ação estratégica proposta por Samuel Pinheiro refere-se ao aumento da capacidade tecnológica do Brasil. Na visão dele, a produção de tecnologia no (e pelo) Brasil é fundamental para que o País consiga um melhor posicionamento no sistema internacional, abandonando sua condição, primordial, de exportador de *commodities* agrícolas e industriais (aço, têxteis, carnes, sapatos etc.).

Para o autor, a capacidade tecnológica pode ser definida como o conhecimento do modo de desenvolver, produzir e comercializar um certo bem ou serviço e a possibilidade física de transformar em atividade econômica esse conhecimento, estando ligada a quatro condições: 1) existência de uma indústria de bens de capital, em que se inclui a química; 2) formação sistemática e orientada de recursos humanos; 3) investimento de longo prazo em pesquisa científica e tecnológica; e 4) valorização social, política e institucional das atividades científicas e tecnológicas, medidas não pela retórica, mas pela alocação de recursos orçamentários, pela política fiscal e pela distinção social conferida. Estas condições devem

ocorrer simultaneamente, para permitir gerar um fluxo constante de invenções científicas e de inovações tecnológicas.

A importância atribuída por Samuel Pinheiro à capacidade tecnológica advém da convicção de que, tanto por parte dos governos como das empresas, os objetivos dos esforços de desenvolvimento científico e tecnológico – e, portanto, da descoberta de novos produtos e novos métodos – estão vinculados decisiva e naturalmente a um esforço de redução de competição nos diversos mercados por meio do aumento da competitividade da empresa individual. Em escala nacional, o aumento da competitividade do conjunto mais amplo de empresas de um país corresponderá a uma modificação da distribuição de renda mundial e do poder relativo dos Estados.

Desse modo, o autor advoga que as prioridades da política tecnológica brasileira devem ser: a formação e reciclagem de professores em ciências exatas; o aumento imediato da carga horária de ciências exatas no sistema de ensino; o fortalecimento dos centros universitários de excelência nas áreas científicas e de engenharia; a expansão e criação de centros de pesquisa universidade-empresa, com estímulos fiscais às empresas que deles participem; o uso dos recursos escassos para o treinamento de mão-de-obra já empregada e não para a formação genérica de mão-de-obra (sistema de ensino em geral); e o estabelecimento de disposições legais que estimulem a efetiva utilização de patentes concedidas a estrangeiros no Brasil. Ademais, Samuel Pinheiro acredita que as políticas específicas devem se concentrar no fortalecimento dos setores da microeletrônica, da tecnologia da informação, da química fina e da biotecnologia, o que o leva a propor diretrizes para a política tarifária e para a política de capital estrangeiro (forma de atração no exterior e de ingresso no País).

Além da política de emprego e da política de ciência e tecnologia, Samuel Pinheiro defende como ação estratégica a disciplina de capitais estrangeiros e nacionais em países periféricos.

Segundo o autor, a política de liberalização dos mercados de capitais é parte da estratégia política e econômica de reincorporar ao sistema capitalista global as antigas áreas socialistas e as áreas da periferia subdesenvolvida, que haviam conseguido implantar estruturas industriais relativamente avançadas e que detinham certa autonomia diante dos interesses e da força das megaempresas multinacionais. Sendo as negociações na OMC para extensão do Acordo sobre TRIMS – Medidas Relativas a Investimentos que afetam o Comércio –; as negociações da ALCA; as negociações na OCDE do Acordo Multilateral

sobre Investimentos e os planos de ajuste do FMI iniciativas táticas dentro daquela estratégia das grandes potências.

De acordo com Samuel Pinheiro, a política de disciplina do capital nacional e estrangeiro deve ter como seus principais instrumentos a utilização do crédito público diferenciado, a redução e a isenção fiscal e as compras governamentais para aquelas empresas que: 1) reinvestam maiores parcelas de seus lucros na ampliação da capacidade produtiva; 2) invistam em programas de pesquisa científica e tecnológica no Brasil; 3) privilegiem a aquisição de partes e componentes de produtores instalados no Brasil; 4) invistam em setores definidos como prioritários do ponto de vista social ou tecnológico ou ambiental; 5) empreguem tecnologias eficientes intensivas em trabalho; 6) ingressem efetivamente em novos mercados externos e; 7) apresentem uma balança comercial positiva.

Outras questões vistas como estratégicas pelo o autor são a implementação de uma política de desenvolvimento para a Amazônia, mediante o fortalecimento da ação governamental nas áreas social, econômica, ambiental e militar, e a definição de uma política cultural articulada com as políticas de comunicação e educação, com vistas à redução da hegemonia cultural de qualquer manifestação estrangeira face à produção cultural brasileira e à ampliação da diversidade de oferta cultural à disposição da sociedade brasileira.

No que tange à questão militar na Amazônia, Samuel Pinheiro adverte para o risco da presença militar norte-americana na região, a militarização do combate à droga e a possível internacionalização de conflitos internos existentes ou latentes em Estados vizinhos ao Brasil. Para ele, o Plano Colômbia é parte da primeira das três vertentes da estratégia militar norte-americana para a América do Sul, cujos outros dois vetores são a adoção pelos governos e Forças Armadas da região de teses e esquemas de segurança cooperativa e, em segundo lugar, o desarmamento, inclusive convencional, dos países da região.

Já com relação à questão cultural, o autor ressalta que o enfraquecimento da produção cultural de uma nação leva ao enfraquecimento dos laços que vinculam seus integrantes, de sua memória de passado e da experiência comum e de sua aspiração de construção de um futuro compartilhado. Naturalmente o enfraquecimento da cultura nacional diante da hegemonia de manifestações culturais de outras sociedades – para ele haveria hoje uma hegemonia das manifestações culturais norte-americanas no Brasil – corrói sua auto-estima e enfraquece a capacidade do Estado de promover e defender os interesses nacionais.

No campo da política externa, Samuel Pinheiro afirma que o País deveria adotar como ações estratégicas: 1) uma política comercial voltada para a identificação e eliminação de obstáculos específicos aos interesses comerciais brasileiros e que utilize como elemento de

barganha o acesso aos mercados brasileiros de bens, de capitais e de investimentos em relação àqueles países desenvolvidos que apresentem com o Brasil significativos e crônicos superávits em contas correntes; 2) a construção de um pólo político e econômico sul-americano, o que implicaria na não-adesão do Brasil à ALCA e na reformulação do MERCOSUL; 3) a articulação para a inclusão do Brasil nos principais centros de decisão do sistema de governança mundial, tais como o Conselho de Segurança da ONU e o G-8; 4) a dotação das Forças Armadas de capacidade dissuasória adequada às características do território, da população e do potencial de desenvolvimento do Brasil, o que requereria o desenvolvimento de uma indústria bélica convencional com mais conteúdo tecnológico; 5) o desenvolvimento de uma maior capacidade de absorção e geração de tecnologia avançada, tanto do ponto de vista civil quanto militar; 6) a preservação da autonomia do Estado brasileiro mediante a não-aceitação pelo Brasil de normas internacionais que contrariem ou criem empecilhos aos interesses fundamentais de reduzir as desigualdades, eliminar as vulnerabilidades e realizar o seu potencial; e 7) a promoção sistemática da multipolarização do sistema mundial. É importante ressaltar que os itens 2 e 7 da estratégia internacional proposta por Samuel Pinheiro estão intrinsecamente relacionados.

Sob o ponto de vista de Samuel Pinheiro, a adoção de uma estratégia internacional, como a que foi delineada acima, se explicaria em virtude da magnitude dos três desafios brasileiros e das tendências de funcionamento do sistema internacional, quais sejam: a aceleração do progresso científico e tecnológico e a restrição à sua difusão por motivos empresariais e militares; a reorganização das empresas, dos mercados e das organizações militares; a reorganização territorial; a integração dos mercados mundiais e sua crescente oligopolização; a concentração de poder econômico, político, militar e ideológico no centro do sistema mundial; o persistente esforço de normatização com o objetivo de consolidar juridicamente essa concentração de poder; e a crescente multipolaridade do sistema internacional.

Concluindo: *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, além de toda a riqueza conceitual e empírica – afinal, Samuel Pinheiro está na carreira diplomática há mais de quarenta anos –, é um instrumento valioso para quem deseja refletir sobre a complexidade do momento atual, percebendo as inter-relações entre o nacional e o internacional, bem como para todos aqueles que acreditam que o futuro de uma nação não está pré-determinado, mas que ele se constrói.